

METROPOLIZAÇÃO COM LACUNAS DE TRABALHO

Aldo Paviani*

Introdução

A Constituição brasileira de 1988 trata de questões regionais e urbanas em diversos capítulos e artigos. O Artigo 25, por exemplo, confere aos estados federados a competência para “instituir regiões metropolitanas” (Brasil, 1988, 29). Com este dispositivo, os constituintes sinalizaram em direção à descentralização de ações governamentais para a organização do espaço. Uma desejada descentralização com desconcentração administrativa esbarra em algumas dificuldades, tais como a dependência econômica das metrópoles e cidades grandes do interior em relação às duas “metrópoles nacionais”: São Paulo e Rio de Janeiro; o centralismo de políticas fiscais e de alocação de infra-estruturas, ainda atreladas aos ministérios e instituições federais (sediados em Brasília); a falta de políticas para o desenvolvimento regional, cuja retomada se torna indispensável para evitar o agravamento das desigualdades sócio-espaciais, a implantação de grandes projetos agropecuários, hidrelétricos e de mineração, cujo comando externo às regiões agrava o desmpego além de ampliar as lacunas de trabalho com a penetração, no campo e na cidade, de tecnologias e processos productivos do tipo capital intensivo e, portanto, poupadores de força de trabalho humano. A investigação procura desenvolver o último item sem desprezar a visão de totalidade, que abarca os demais tópicos por estarem estruturalmente cimentados na divisão internacional e regional do trabalho. Em razão de sua dependência, as metrópoles regionais não criam fortes alternativas de trabalho para os enormes contingentes de periféricos, verdadeiros “agentes-pacientes” da construção injusta do espaço urbano nos países subdesenvolvidos.

Neste trabalho, serão ressaltados aspectos teóricos metodológicos e empíricos que a lacuna de trabalho enseja trazer para o debate entre geógrafos. Com isto, desaje-se fazer avançar a teoria, com possibilidades de se aventar soluções para os denominados “problemas urbanos”.

Da realidade à teoria e vice-versa

Estima-se que, no corrente ano, a população brasileira atingirá cerca de 150.000.000 habitantes, sendo 110.000.000 urbanos e 40.000.000 rurais. Por outro lado, estarão nas regiões metropolitanas nada menos do que 61.000.000 de habitantes ou cerca de 45% do total urbano (Souza, 1990).

Este números servem para introduzir a idéia de que as metrópoles crescem vertiginosamente, em população e em certas problemáticas. De modo geral, as metrópoles têm recebido mais atenção nas problemáticas mais visíveis como as

* Professor da Universidade de Brasília – Brasil (Com apoio do CNPQ). Trabalho apresentado ao III Encontro de Geógrafos da América Latina. Toluca, México, 18 a 22 de março de 1990.

dos transportes de massa, habitação coletiva e popular (nestas têm destaque as favelas), congestão e poluição ambiental, desenho urbano, etc. No entanto, há setores da metrópole que não chamam muita atenção, embora tenham enorme impacto sobre o que vulgarmente se denomina de “qualidade de vida urbana”, que são as lacunas de trabalho.

Os enormes contingentes populacionais, em si, não se constituíram em problemas. Os maiores problemas emergem da estrutura social, cimentada por processos e ciclos de longa duração, sob esquemas de segregação e de distribuição injusta dos resultados da produção social.

Assim, além de se fazer inventário das favelas, das condições dos transportes metropolitanos, da poluição urbana, etc., deve-se atentar para problemáticas menos evidentes como o das migrações internas e das formas de distribuição social das atividades e de seus resultados.

Com base em trabalhos anteriores (Paviani, 1988 e 1989), pode-se considerar que “as grandes cidades não mais se constituem em repostórios das correntes migratórias de carácter etapista, mas os receptáculos das transferências de desemprego, como que Pierre George (1979, 122). Assim, a metrópole de país subdesenvolvido não seria mais o locus das transferências de força de trabalho do campo para a cidade, mas de transferências de desempregados.

As transferências maciças de desempregados rurais ao longo das décadas de 60 e de 70, estão, hoje, patentes em qualquer metrópole brasileira e já são notadas em cidades de porte intermediário. Não há necessidade de sobrevoar as grandes cidades para evidenciar o avanço da pobreza urbana, sob a forma visível de enormes favelas, de “invasões”, de “loteamentos clandestinos”, tão estudados que abarrotam a literatura. Basta observar como são ocupadas as margens alagadiças de riachos, pântanos insalubres, bacias deprimidas e depositárias de lixo, encostas íngremes e terras públicas deocupadas (aliás, os governantes de áreas metropolitanas adotaram o helicóptero como instrumento banal de trabalho, com o que os problemas urbanos, são vistos do “alto” e sem um contato físico com o cotidiano dos cidadãos).

Com as transferências importantes de populações pobres para os grandes centros (desafios para os administradores urbanos), já se tem um quadro bem delimitado dos problemas que acarretam ao nível das insuficiências de habitação de saneamento básico, de escolas e hospitais, etc. O que está oculto, ou que o aparece sob a ótica de outras categorias, como desemprego, subemprego, emprego disfarçado etc., é a lacuna de trabalho. Caracterizaremos a lacuna de trabalho como sendo aquela derivada da não criação de novos postos para uma crescente mas dos que querem trabalhar e/ou estão em idade de exercer uma atividade.

A lacuna de trabalho, no nosso entender, não começa a avassalar apenas as sociedades não-industriais do mundo subdesenvolvido, mas igualmente os países

industriais. É um processo de longa duração e de enormes implicações não apenas para se compreender as problemáticas metropolitanas, mas para penetrar no cerne mesmo do que será o maior desafio de nossos tempos: prover o espaço urbano com possibilidades democráticas de acesso a novos postos de trabalho e/ou não negligenciar o aspecto da sucessiva supressão de empregos pré-existentes em nossas metrópoles.

Nossa hipótese da trabalho é a de que, no atual período técnico-científico (utilizando um termo muito apropriado de Milton Santos, 1985, p. 37), incrementam-se as possibilidades de suprimir postos de trabalho para ampliar a lucratividade das empresas; uma subhipótese a de que as lacunas de trabalho surgem pela não reposição da força de trabalho, quando liberada, ou pela sua substituição por força mecânica e/ou eletro-eletrônica (utilização de robôs, por exemplo).

Logicamente, no período técnico-científico há uma tendência à poupança de força de trabalho por facilidades que a eletrônica está possibilitando, de um lado, e, de outr, à própria atuação das empresas privadas ao maximizar a lucratividade com a supressão de lugares de trabalho humano (empresas estas hoje sobrecarregadas de encargos sociais). Assim, em nossa hipótese, não se trata de atribuir responsabilidade, apenas, à tecnologia que entre fortemente em todas as atividades industriais, agrárias e de serviços, mas também à própria lógica do capitalismo vigente em quase todos os países do mundo subdesenvolvido, este mais penalizado com as lacunas de emprego no ambiente rural, nas cidades industriais e mesmo em cidades intermediárias, de serviços.

Isto posto, é interessante remarcar, com Pierre George (1979, 13) que, “uma das características mais evidentes do subdesenvolvimento é a extraordinária Lacuna de trabalho nas sociedades não industriais, ligada ao mesmo tempo à própria natureza das atividades condicionadas pelos ciclos sazonais e à pobreza dos instrumentos e da energia colocados à disposição da força de trabalho dos homens”.

Mas, passada uma década desta afirmativa, é interessante avançar teoricamente, considerando que: a) as lacunas de trabalho, mais evidentes em nosso contexto subdesenvolvido, atingem também as sociedades mais abastadas; b) não se trata mais de “ciclos sazonais”, mas de um processo que se agrava e que se im põe em todas as esferas de atividades e em todos os lugares do planeta; c) não se considera mais “dualismo” (emprego-não-emprego), mas fenômeno uno sob a mesma ótica e lógica, que uma “Geografia do Trabalho”, como quer Pierre George, poderá captar (embora a metodologia para isto ainda esteja em bionária) (Paviani, 1988).

Assim sendo, a lacuna de emprego tem associação com os mecanismos de subemprego e/ou desemprego, deles divergindo no aspecto de que, enquanto os subempregados ou desempregados têm (ou tiveram) alguma atividade de onde retiram (ou retiraram) seu sustento, naquela não se pode falar em atividade de

qualquer tipo par o “ativo em disponibilidade”. Ou, dito de outra forma, a la cuna de emprego é um componente irmão-gêmeo do desemprego (ou subemprego), mas de natureza diversa. O desemprego poderá ser manifestação de “Ajustes” conjunturais no interior do aparelho produtivo, que mantém “reservas de mão-de-obra” ou “exército de reserva”; as lacunas de trabalho se constituiriam na atividade-não-gerada ou nos postos de trabalho que não aconteceram ou, mesmo, que foram subtraídos do mercado de trabalho. Este processo, já evidente em nossas metrópoles, alija sucessivas camadas dos que se apresentam para o trabalho, sobretudo os jovens.

Assim, em uma pesquisa sobre desemprego procura-se detectar quantos trabalhadores foram dispensados, temporária ou ciclicamente de certas atividades produtivas ou de serviços. Em uma pesquisa a respeito das lacunas de trabalho a preocupação se desloca para aqueles que, tendo atingido a idade de trabalhar e/ou se adestado em qualificações técnicas ou profissionais, não encontram posto disponíveis. As lacunas de trabalho, sobretudo nas grandes cidades, se constituiriam, assim, em verdadeiros “buracos negros” embutidos na galáxia de interesses econômicos. Como fenômenos relativamente recente, exige refinamento de instrumentais para sua detecção, pois, o atual “período técnico-científico” e financeiro disfarça ou encobre os indicadores e os essenciais das lacunas de trabalho.

A questão ampla e restrita da lacuna de trabalho

Não se poderia imaginar um estudo sobre o processo de periferização que não avaliasse questões como o desemprego, o subemprego, o emprego sazonal etc., como mananciais que aumentam o caudal de pobreza urbana (e, portanto, alargadores do processo de periferização). A estes estudos, agrega-se, agora, o das lacunas de trabalho, em escala local (micro), como antes explicitado. Será importante associar lacunas de trabalho não apenas ao desemprego, mas também às ações de agentes públicos (como elaboradores de políticas públicas e tomadores de decisões) e de atores privados (que, movidos pelo desejo de maior lucratividade e/ou “eficiência” de suas empresas, sonham postos de trabalho ou empregam tecnologias capital intensivas, poupadoras de mão-de-obra).

Assim, a pesquisa interliga espaço e trabalho para melhor compreensão do processo de metropolização. Daí, em sentido mais amplo a investigação levanta a questão das lacunas de trabalho em cidades grandes (sobretudo nas metrópoles): que mecanismos e/ou ações impedem, bloqueiam ou restringem o acesso de novos contingentes ao mercado de trabalho urbano? É interessante analisar (brevemente) as raízes deste tipo de seletividade, tais como, a modernização do terciário que causa a inchação dos serviços (por poupar mão-de-obra); analisaremos também as ações conflitantes do Estado, associado ou não a setores privados, e a atuação da Sociedade quanto às mudanças sócio-econômicas necessárias à redução das desigualdades e injustiça social.

Pistas para interligar lacunas de trabalho e metropolização

Inicialmente, indica-se como importante a avaliação dos trabalhos produzidos a respeito de periferização com pobreza urbana, frente à literatura surgida recentemente sobre o problema da metropolização. Com isto, teremos um esboço teórico que norteará as demais etapas pretendidas para o trabalho. No levantamento da literatura (sobretudo produzida por geógrafos), especial atenção merecem aqueles trabalhos específicos à temática do emprego e seus associados: taxas de desemprego, níveis de consumo, conflitos salariais, incremento de novas tecnologias (sobretudo na indústria) etc. A bibliografia brasileira e latinoamericana que trata destes assuntos já é significativa, sendo necessário um inventário da mesma.

A metodologia básica, portanto, está ligada a sucessivas aproximações da teoria com a realidade que nos cerca (subdesenvolvida e dependente). Assim, importa estabelecer uma ponte entre as flutuações de emprego, desemprego, emprego de tecnologias e não-entrada no mercado de trabalho (formal ou informal) de aptos ao trabalho cada vez mais numerosos, mas de alguma forma excluídos por barreiras a serem detectadas, como as trizadas por “ajustes econômicos” e planos governamentais recessivos.

Há que se ressaltar que a coleta de informações aponta para algumas dificuldades. No primeiro passo, esbarra-se com o carácter diferenciado de certas fontes estatísticas no tratamento, por exemplo, da questão do emprego/desemprego, ou melhor, da própria conceituação da PEA. A propósito, enquanto a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, considera como “idade mínima” os quinze anos (IBGE, 1990), a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do DIEESE, estima a PEA para pessoas maiores de dez anos (DIEESE, 1990). Logicamente, por este motivo, a comparabilidade fica comprometida. Entre outras questões, a serem levantadas posteriormente, está a fixação do período anterior à pesquisa em que o entrevistado é considerado “desempregado” (“uma semana”, “um mês”), que não é homogêneo nas fontes indicadas.

A estrutura e a conjuntura econômica: rumo à recessão

O “ajuste” estrutural por que atravessa o país indica o início de processo que afetará crescentemente os assalariados medidas supressoras de postos de trabalho e cortes no orçamento público aumentarão a massa dos desempregados.

O maior destes ajustes liga-se a uma cíclica tendência à modernização do aparelho de Estado, que põe em “disponibilidade” dezenas de milhares de servidores públicos; modernização das empresas para torná-las “competitivas” em escala internacional, o que desemprega pela introdução de equipamento automatizado ou reduz a forma “taylorista” de produzir, com o que se suprimem postos de trabalho não-especializados ou semiespecializados.

Examinaremos, a seguir, alguns dados que comprovam o quadro delineado acima.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, em sua estimativa para o mês de julho de 1990, realizada em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), onde a PEA é de 17.714,505, encontrou uma população ocupada de 16.913.123. Com isto, “a taxa de desemprego aberto”, deste mês, 4,53%, foi menor que a de junho deste ano, 4,90%, e maior que a de julho do ano passado, 3,17%. O número de pessoas desocupadas caiu em relação a junho e aumentou em relação a julho. () O movimento da taxa foi resultante do aumento do número estimado de pessoas desocupadas que em julho/89 foi de 540.378, passando para 801.384 neste mês. Além disto, constata o IBGE, “em julho o número estimado de pessoas desocupadas aumentou significativamente em relação ao mesmo mês do ano passado. A variação foi de 48%, o que em termos absolutos representa mais 261.000 pessoas procurando trabalho. O número estimado de pessoas desocupadas que procuravam trabalho pela primeira vez aumentou 25%, e o número estimado de pessoas que tinham trabalhado anteriormente aumentou 25%, e o número estimado de pessoas que tinham trabalhado anteriormente aumentou 51%”.

Estas estimativas indicam, ainda que:

por setor de atividade, a indústria de transformação apresentou uma queda no seu nível de ocupação de 3%; quanto à posição na ocupação, incrementou o número dos que trabalham “por conta-própria” em 10%, dos empregados sem carteira assinadas em 5%, enquanto que “o número estimado de empregados com carteira assinada caiu ligeiramente”. Traduzindo em números, 290.000 pessoas estavam trabalhando por conta-própria, 165.000 pessoas foram empregadas sem carteira assinada, ficando à margem de benefícios legais.

Talvez não se possa extrapolar a pesquisa do IBGE para o país como um todo, mas as cidades estudadas se constituem nas maiores metrópoles do país, que, por este motivo, indicariam com grande aproximação os “ajustes” a que nos referimos anteriormente.

Em abono a esta idéia, podemos confrontar a “Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo”, realizada no trimestre junho/julho/agosto pela Fundação SEADE/DIEESE. Nesta pesquisa, a PEA estimada é assumida para os maiores de 10 anos, o que permitiu encontrar mais de 940.000 pessoas desempregadas, em agosto, na Grande São Paulo.

Com isto, discrepam as taxas de desemprego aberto do IBGE e da SEADE/DIEESE para julho de 1990: enquanto o primeiro estimava em 4,53% (para as seis regiões metropolitanas), a segunda encontrava 8,3% para a Grande São Paulo. Em razão das distintas metodologias empregadas, não se pode com segurança comparar estas pesquisas.

Complica-se, igualmente, qualquer pesquisa sobre lacunas de trabalho porque não são pesquisadas direta e especificamente por nenhuma instituição. Por este motivo e por inferência quanto à problemática do trabalho na atual conjuntura nacional, tentaremos sumariar como “aproximação” a evolução do desemprego na Grande São Paulo, a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação SEADE/DIEESE.

A escolha desta pesquisa pode ser também justificada pela expressão que assume São Paulo no contexto nacional por ser a grande cidade industrial, por assumir o papel de termômetro econômico e por espelhar como nenhuma outra metrópole os altos e baixos do comportamento produtivo, o qual tem estreita relação com os níveis de emprego/desemprego, e, logicamente, com as lacunas de trabalho.

Segundo a PED, a PEA da Grande São Paulo, em agosto de 1990, era de 8.469.000 pessoas, das quais estavam ocupadas 7.529.000, sendo a taxa de desemprego de 11,1%. Foi constatado pela SEADE/DIEESE “um pequeno reaquecimento das atividades econômicas regionais”, pois, “após ter atingido, em junho, seu maior valor nos últimos quatro anos (12,1%), a taxa de desemprego apresentou pequena redução em julho (11,1%) e queda mais acentuada em agosto, quando chegou a 11,1%. Com tal comportamento, este indicador situa-se num nível 6,7% menor que o verificado no mês anterior, mas 42,1% superior ao registrado há 12 meses” (SEADE/DIEESE, 1990, A1).

Na mesma pesquisa, ao examinar a “evolução do nível de ocupação”, é constatada, em relação ao mês anterior (julho), a criação de 126.000 postos de trabalho no agregado de atividades. Todavia, no setor comercial, foram eliminados 10.000 postos de trabalho, entre julho e agosto. Nos outros setores, a geração de postos ficou assim distribuída: 62.000, na indústria e 68.000, nos serviços. No que tange à indústria, o comportamento “reflete o aquecimento sazonal do setor, que normalmente ocorre neste período do ano” (SEADE/DIEESE, 1990, A2).

Analogamente à PME, do IBGE, a PED constata a queda salarial: “através da análise dos salários médios trimestrais pagos pelo setor privado, segundo setores de atividades, verifica-se que, entre o último trimestre pesquisado (maio/junho/julho de 1990) e o imediatamente anterior, ocorreram reduções na média dos salários pagos em todos os setores de atividade: 1,4% na Indústria; 0,3% no Comércio; e 4,4% nos Serviços” (SEADE/DIEESE, 1990, A 4).

A conjuntura salarial adversa estava acompanhada de um aumento das horas trabalhadas: a jornada média dos assalariados “era de 42 horas semanais em junho, passou para 43 horas em julho e atingiu 44 horas no mês de agosto” (SEADE/DIEESE, 1990, A3).

Outro indicador da problemática do desemprego tem por base o número de requerentes/beneficiários do “Segundo Desemprego” junto ao Ministério do Trabalho. Assim, de abril de 1989 a abril de 1990, o total de segurados esteve

sempre acima de 100.000 (a não ser em dezembro de 1989, com 77.000). A cobertura gira ao redor dos 20% dos segurados. Todavia, a partir de janeiro de 1990, em razão de nova lei federal sobre a matéria, ampliaram-se as possibilidades para obter o seguro, com o que os quantitativos segurados se alargaram: 131.348 ou 25% da massa segurada), em janeiro; 178.376, em fevereiro (33,2%), 238.001, em março, 283.737 requereram o benefício e, em abril, 351.825. Por isto, o movimento de segurados no 1º quadrimestre de 1990 atingiu o total de 842.834 segurados ou um incremento de 149,7% em relação a igual período de 1989 (CATD/INSS). Também em razão do desemprego, o total de habilitação em relação ao de requerimentos atingiu o patamar inédito de 84, 0%, em abril de 1990, contra 78,2% em abril de 1989, segundo dado do CATD/INSS.

Para Brasília, não referida nas fontes indicadas anteriormente, prevê-se a ampliação do desemprego e de atividades “informais” (biscateiros, ambulantes, etc). Segundo o Serviço Nacional de Emprego do DF, “é necessário levar em consideração que, ao longo deste primeiro semestre, cerca de 30.000 pessoas tentaram ingressar no mercado de trabalho da Capital federal. Como foram extintas quase 7.500 vagas, deduz-se facilmente que o déficit de empregos no período foi de aproximadamente 37.500 (SINE/DF, 1990).

No agregado das nove áreas metropolitanas, sendo Brasília a décima, apenas São Paulo teve redução do nível de emprego formal maior do que Brasília com a percentagem negativa de 3,66. Brasília, teve a segunda maior perda, com 2,16, segundo o SINE. Debido a estas perdas, dificilmente Brasília poderá oferecer os 59.000 postos de trabalho formal necessários para 1990 ou os 63.000 previstos com necessários para 1991, o que faz prever igualmente desemprego sem precedentes para a Capital federal. Estas estimativas de Marcelo Zero, do SINE, apontam também para uma variação da PEA/DF de 107,47% entre 1989 e o ano 2000 ou seja, um crescimento de 924.2000 ativos no período, com o que a PEA será de 1.784.200, NO ANO 2000 (Zero, 1990). Para não acumular sucessivos déficits a cada ano, Brasília terá que ativar setores ainda pouco explorados, como por exemplo o industrial. Sobre este aspecto nota-se alguma expectativa quanto a eficácia do PROIN/DF, um muito divulgado programa de desenvolvimento industrial interrompido por descontinuidades político-administrativas, as quais, talvez, sejam superadas com a posse do governador eleito por voto direto em outubro de 1990.

Conclusão

Com base nos dados referidos anteriormente e no fato de que se prevê um continuado incremento da população urbana, pois cerca de 80% dos brasileiros estarão residindo em cidades no ano 2000, segundo Camaano et alii (1990, 31), pode-se inferir que ocorrerá enorme pressão sobre o mercado de trabalho. Como este, inelástico em razão da política recessiva de “ajustes” macro-econômicos, desemprega ou não emprega no volume necessário a uma PEA em expansão, pode-se prever uma aceleração das lacunas de trabalho para os próximos anos.

As lacunas serão tanto mais pronunciadas se os mecanismos e ações do Estado e empresas forem acionados de forma continuada como “remédios” para “Combater o déficit público” ou a inflação de dois dígitos. Assim, a atual política federal aponta para período recessivo, porquanto desaquece forçadamente a demanda, sobretudo com a elevação dos juros para o consumidor. Com isto, reduz-se a atividade produtiva, em geral, com o que não são gerados novos postos de trabalho, como muitos outros são eliminados para enfrentar a crise econômica e financeira das empresas. Estas também são estimuladas a se tornarem competitivas frente à abertura do mercado nacional a produtos estrangeiros. Para tal, as indústrias adotam políticas de modernização, introduzindo máquinas automáticas de comando numérico, robôs e meios cibernéticos, modificando o perfil de emprego e eliminando vagas para os trabalhadores de baixa escolaridade.

O aparelho de serviços públicos igualmente desemprega aos milhares na tentativa de “diminuir o tamanho do Estado” e na suposição de que, com estas ações, se atenuem as “interferências estatais” sobre stores privados, produtores de bens e serviços.

Pode-se prever, com algum grau de segurança, que, enquanto as grandes cidades crescem (e com elas as demandas por bens, serviços e oportunidades de trabalho), o stor produtivo se desaquece, introduz novas tecnologias e desemprega.

Na encruzilhada de ajustamentos, é de se perguntar se seria este o caminho que poderá levar à construção de uma Sociedade mais justa, no Brasil, capaz de aproveitar plenamente o gigantesco patrimônio natural, técnico e humano como benefícios a serem apropriados de forma igualitária.

Referências bibliográficas

BRASIL (1988). Constituição – República Federal do Brasil. Brasília, Senado Federal/Centro Gráfico.

CAMARANO, A.A., BELTRÃO, K. e NEUPERT, R. (1990). Século XXI: a quantas andará a população brasileira? In IPEA/IPLAN. Para a Década de 90. Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas. Vol. 3: População, Emprego, Desenvolvimento Urbano e Regional. Brasília, IPEA/IPLAN.

CADT/INSS. Seguro-Desemprego – Avaliação Crítica e Principais Resultados – 1º Quadrimestre 1990. Basília, CATD/INSS (mimeo).

CADT/INSS. Movimento de Segurados e Cobertura/dispensados – Movimento Brasil – Março/abril/90. Brasília, CATD/INSS (mimeo).

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE (1990). Pesquisa de Emprego Desemprego na Grande São Paulo. Trimestre junho/julho/agosto. São Paulo, SEADE/DIEESE (mimeo).

GEORGE, P. (1979). Populações Ativas. São Paulo, DIFEL.

IBGE (1990). Pesquisa Mensal de Emprego – Estimativas para o mês de julho de 1990. Rio de Janeiro, DPE/DEREN/IBGE (mimeo).

PAVIANI, A. (1988). Metropolização com lacunas de emprego. Apresentado na 40° Reunião da SBPC, São Paulo (mimeo).

PAVIANI, a. (1989). Lacunas de emprego em Brasília: uma avaliação preliminar. Apresentado na V Semana de Geografia, Universidade de Brasília (mimeo).

RINALDI, D.L. et alii (s/d). Anexo – Relatório das Contribuições ao Módulo I – A Questão Conceitual. Rio de Janeiro DPE/DEREN/IBGE (mimeo).

SANTOS, M. (1985). Espaço e Método. São Paulo, NOBEL.

SANTOS, M. (1986). O período técnico- científico e os estudos geográficos. Apresentado ao Seminário Interamericano sobre Ensino dos Estudos Sociais. Washington (mimeo).

SOUZA, E.B. de (1990). Desenvolvimento Urbano na Década de 90. In IPEA/IPLAN. Para a Década de 90. op. cit. Vol. 3.

SINE/DF (1990). Relatório “O primeiro semestre”. Brasília, SINE (mimeo).

ZERO, M. (1990). Estimativa da população economicamente ativa do DF no ano 2000. Brasília, SINE (mimeo).